



PRONATEC-BSM: ESTRATÉGIA PARA CAPACITAÇÃO E INCLUSÃO NO MUNDO DO TRABALHO: ANÁLISE DO CASO DO RJ

Angelica Cristina Nagel Hullen¹
Márcio Eduardo Brotto²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise sobre a execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Brasil Sem Miséria, o Pronatec/BSM no estado do Rio de Janeiro, elencando os resultados, bem como apontando os desafios para a referida estratégia. Para atingir os objetivos a que se propõe, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: análise de dados quantitativos, entrevista com a equipe da coordenação estadual do Programa, além da participação em eventos promovidos pela Coordenação Estadual do Pronatec/BSM, que contaram com a presença dos Interlocutores Municipais, representantes das Unidades Ofertantes, do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS e do Ministério da Educação- MEC, bem como a participação dos pesquisadores nas 10 Reuniões Regionais do Pronatec- BSM realizadas no Estado, com a participação da totalidade dos municípios (92).

Palavras-chave: Pronatec/Brasil Sem Miséria. Capacitação Profissional. Mundo do Trabalho. Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

Em algum momento da sua história, todos os países desenvolvidos do mundo empreenderam esforços prioritários para a formação de uma força de trabalho competente para a industrialização e, posteriormente, para o provimento dos serviços de suporte, para as atividades burocráticas governamentais e para aquelas requeridas pelas grandes empresas em célere crescimento.

Os primeiros, iniciaram o processo no século XVIII, mas foi no século seguinte que ocorreu a expansão do processo, quando se espalharam escolas de artes e ofícios, os colégios agrícolas, as escolas profissionais e os institutos politécnicos.

Dentre o grupo de países que conseguiram preparar sua mão de obra em qualidade e quantidade necessária podemos destacar a França, Bélgica, Holanda, Suíça, Prússia (depois toda a Alemanha), Estado Unidos, Rússia e Japão. Alguns países que se industrializaram tardiamente, fizeram o mesmo durante o século XX, como é o caso dos países do Leste- Europeu, Japão, Coreia do Sul e Taiwan.

É importante destacar que esses países investiram inicialmente, em educação convencional, bem como na educação universitária, mas sem deixar de estabelecer diretrizes para que o saber prático, próprio do ensino técnico fosse capaz de operar os avanços científicos e exigências de mercado, com um setor produtivo cada vez mais sofisticado (IPEA, 2014, p.8).

No Brasil, não se vivenciou a mesma situação, quando da ocorrência do seu processo de industrialização. Mesmo tendo a primeira escola técnica datada de 1909, o crescimento da rede de ensino técnico profissional não acompanhou a expansão econômica e a diversificação da estrutura produtiva. Um das consequências da não capacitação é que

¹ angelica.hullen@hotmail.com - PUC/RJ.

² meb.brotto@uol.com.br - PUC/RJ.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

até hoje, temos a escolaridade da nossa força de trabalho muito baixa: de acordo com a PNAD/2011, 53,6% do contingente economicamente ativo do país não havia concluído o ensino médio (PNAD/IBGE, 2011).

A indústria brasileira, até recentemente adotava um modelo de padrão tecnológico-organizacional fordista, que exigia pouca escolaridade e preparava o trabalhador no ambiente de trabalho. A pequena quantidade de escolas técnicas federais, algumas estaduais e o Sistema S³ davam conta de atender a demanda por trabalhadores mais qualificados.

Quando chegou ao país a chamada Terceira Revolução Industrial⁴, o país entrou em crise e por duas décadas tivemos baixas taxas de crescimento. De meados dos anos 1980 aos anos iniciais da primeira década do século XXI, a taxa de desemprego no Brasil praticamente duplicou (DIEESE, 2010; SEADE;2010; IPEA, 2014).

Em 2003, ocorreram mudanças na trajetória do mercado de trabalho brasileiro: intensa criação de novos postos de trabalho e simultânea formalização de contratos (IPEA, 2010). A retomada do crescimento, iniciado em 2004, provocou um problema, perceptível, inicialmente, nos anos 2006-2007: a escassez localizada de mão de obra qualificada.

Em janeiro de 2007, o governo Lula lança o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC⁵, como resposta diante do crescimento econômico que continuava considerável nos anos de 2004 a 2006. Em 2008, com a crise financeira internacional, o seu enfrentamento ocorreu pelo aumento do salário mínimo, a ampliação do Programa Bolsa Família – PBF, investimento em crédito de consumo e lançamentos de planos de habitação popular e saneamento, dentre outras medidas. Ainda em 2008, por meio da Lei nº 11.892/2008 foram criados os Institutos Federais de Educação, de Ciência e Tecnologia (IFETs).

Em 2009, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE) foram criado mais de 1,3 milhões de empregos formais.

Sendo assim, o mercado de trabalho demandando mão de obra qualificada e o Estado como protagonista da organização da educação técnica e profissional no país, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – Pronatec, em 2011, veio como resposta a essa demanda.

Dentre as modalidades de Pronatec previstas, há o Pronatec/ Brasil Sem Miséria, destinado prioritariamente para os beneficiários do Programa Bolsa Família- PBF e pessoas cadastradas no Cadastro Único e, surge como alternativa de capacitação para as famílias de baixa renda no país.

³ Mais a frente teremos um tópico específico sobre o Sistema S, onde efetuiremos as conceituações necessárias.

⁴ A III Revolução Industrial – também chamada de Revolução Técnico-Científica Informacional – iniciou-se em meados do século XX e correspondeu ao processo de inovações no campo da informática e suas aplicações nos campos da produção e do consumo. As grandes realizações desse período são o desenvolvimento da chamada *química fina*, a biotecnologia, a escalada espacial, a robótica, a genética, entre outros importantes avanços. A Revolução Técnico-Científica também foi responsável pela total integração entre a ciência, a tecnologia e a produção

⁵ O PAC foi lançado em 28 de janeiro de 2007, é um programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, prevendo investimentos totais de R\$ 503,9 bilhões até 2010, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros.



O objetivo desta pesquisa é efetuar um estudo sobre a execução do Pronatec/BSM no estado do Rio de Janeiro, elencando os resultados, bem como apontando os desafios para a referida estratégia.

Para atingir os objetivos a que se propõe, serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: análise de dados quantitativos, entrevista com a equipe da coordenação estadual do Programa, além da participação em eventos promovidos pela Coordenação Estadual do Pronatec/BSM, que contaram com a presença dos Interlocutores Municipais e com representantes das Unidades Ofertantes.

2 PRONATEC-BRASIL SEM MISÉRIA: ESTRATÉGIA DE CAPACITAÇÃO E INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE BAIXA RENDA

2.1 CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES SOBRE O PRONATEC- BRASIL SEM MISÉRIA

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) é uma das principais ações de inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria. É também a principal ação da Gestão de Oportunidades Econômicas e Sociais – GOES⁶ no estado do Rio de Janeiro.

Foi criado pela Lei nº 12.513, em 2011 e é um conjunto de ações que visam a expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica para a população brasileira, melhorando as condições de inserção no mundo do trabalho. É coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) e custeado com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A gestão e a execução do Pronatec são realizadas de maneira compartilhada entre a União, os Estados, os Municípios e as Unidades Ofertantes.

Uma das modalidades do Pronatec é o Pronatec Brasil Sem Miséria, que prevê a oferta gratuita de qualificação profissional para pessoas inscritas ou em processo de inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), na modalidade intitulada Bolsa-Formação Trabalhador, sob a forma de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Os cursos de formação inicial e continuada são voltados para a inserção no mercado de trabalho, com duração mínima de 160 horas, sendo custeados pelo Governo Federal (MEC) junto às Unidades Ofertantes.

Com relação aos beneficiários da modalidade de Pronatec/BSM estes compõem-se prioritariamente por:

- Estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- Trabalhadores;
- Beneficiários titulares e dependentes dos programas federais de transferência de renda (ex.: beneficiários do Programa Bolsa Família);
- Estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escolas da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;
- Pessoas com deficiência; e
- Jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

⁶ O GOES é uma das estratégias do Plano Rio Sem Miséria, o Plano de combate à pobreza do governo do Estado do Rio de Janeiro, criado em 2011.



As Unidades Ofertantes do Pronatec/BSM são responsáveis pela oferta de qualificação profissional por meio da oferta de cursos de vagas. No Estado do Rio de Janeiro são as seguintes as Unidades Ofertantes:

- Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: IFF, IFRJ, Colégio Técnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Colégio Pedro II;
- Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S): SEST/SENAT, SENAR, SENAC SENAI;
- Redes Estaduais e Municipais de Educação Profissional e Tecnológica: FAETEC; e
- Redes Privadas habilitadas: ainda em processo de habilitação junto ao MEC.

2.2 ETAPAS DO PRONATEC-BSM

O Pronatec/BSM apresenta nove etapas previamente definidas que serão elencadas e explicada a seguir:

- Etapa 1** - Habilitação: a adesão dos municípios ao PRONATEC/BSM é o primeiro passo para que as Gestões Municipais possam ofertar pactuar e ofertar cursos. O processo é efetuado eletronicamente por meio do acesso ao link www.brasilsem Miseria.gov.br, com CPF e a senha de acesso do Gestor Municipal de Assistência Social ao CADSUAS.
- Etapa 2** - Negociação de vagas e cursos: todos os municípios brasileiros podem aderir ao Pronatec/BSM, porém a adesão não implica na oferta automática de cursos e vagas. Somente será efetivado o programa nos municípios se houver negociação de cursos e vagas com as Unidades Ofertantes, com o apoio do Governo do Estado.
- Etapa 3** - Mobilização dos beneficiários: é uma fase muito importante e deve ser realizada em parcerias com as unidades da política de Assistência Social, o Centro de Referências em Assistência Social – CRAS e o Centro Especializado em Assistência Social, o CREAS, bem como com as equipes do Acessuas Trabalho⁷. Para a mobilização dos beneficiários podem ser utilizados recursos do Índice de Gestão Descentralizada Municipal – IGD- M e do Acessuas Trabalho. A fase de mobilização é contínua, com planejamento coordenado pelo gestor municipal do Pronatec/BSM, em observância à oferta de turmas para o município, em parceria com a rede disponível no município.
- Etapa 4** – Pré-matrícula: é nesta fase que os gestores municipais registram no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – Sistec, os dados das pessoas interessadas em realizar os cursos de qualificação do Pronatec/BSM. A pré-matrícula não garante a matrícula no curso, visto que o aluno deve confirmar a sua matrícula na Unidade Ofertante.
- Etapa 5** – Matrícula: é o momento em que o aluno se dirige a Unidade Ofertante para confirmar a sua inscrição no curso desejado. Nesse momento também é disponibilizada a documentação para a assistência estudantil, que é o auxílio transporte e alimentação que é oferecida diretamente pelo Ofertante para o aluno, para que o mesmo possa realizar o curso.
- Etapa 6** – Aula Inaugural: é a primeira aula do curso, promovida em conjunto pela Prefeitura e pela Unidade Ofertante. Será o momento em que o aluno, que nunca

⁷ Este Programa possui o objetivo de promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho por meio de ações articuladas e mobilização social. A integração ao mundo do trabalho dar-se-á por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, cabendo a Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho suas ações poderão ser executadas de forma direta pelo município ou DF ou em parceria com entidades e organizações de assistência social. (MDS, www.mds.gov.br, acesso em 17.07.2015).



acessou ou que pouco frequentou instituições de educação profissional e de ensino técnico, poderá se sentir bem vindo e motivado, bem como obter êxito no curso e na sua inserção no mercado de trabalho (Pronatec Brasil Sem Miséria, 2013).

- g. **Etapa 7** - Acompanhamento dos beneficiários: durante a execução do curso, a Unidade Ofertante deverá inserir as informações das frequência e desempenho dos alunos no SISTEC. A partir dessas informações, o Gestor municipal do Pronatec/BSM e a equipe do Acessuas Trabalho terão condições de acompanhar os beneficiários que dependem de apoio sócio assistencial para permanecer e concluir o curso.
- h. **Etapa 8** – Articulação com Políticas Públicas de Trabalho e Emprego: por meio das ações de intermediação de mão de obra; microempreendedorismo individual, com apoio do SEBRAE; Microcrédito Produtivo Orientado e; Economia Popular e Solidária. Essas ações fazem parte do Plano Brasil Sem Miséria.
- i. **Etapa 9** - Atividade de formatura: é o momento de celebração pela conclusão do curso e confraternização com os familiar e amigos dos alunos.

Após a descrição de alguns elementos importantes sobre o Pronatec/BSM, traremos alguns aspectos e análises sobre a execução do Programa no estado do Rio de Janeiro.

3 EXECUÇÃO DO PRONATEC- BMS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

No estado do Rio de Janeiro a Coordenação Estadual do Pronatec está sob a responsabilidade da SEASDH, mais especificamente na Subsecretaria de Integração de Programas Sociais. A equipe é formada por duas servidoras terceirizadas, bem como a estrutura disponível para a execução do Programa é razoável, visto que não um número de telefone exclusivo para atendimentos aos municípios, bem como veículo em motorista para deslocamentos e visitas técnicas, além carência de servidores para atender as demandas da Coordenação, de acordo com a avaliação da equipe e do Superintendente⁸ responsável pelo Programa.

Com relação a execução do Programa, em janeiro de 2014, 100% dos municípios haviam aderido ao Pronatec/ BSM sendo o Estado um dos primeiros do Brasil a conseguir atingir esta meta (Fonte: e-mail MDS). Na tabela abaixo, podemos observar a evolução da adesão dos municípios ao Pronatec/BSM.

Tabela 1: Histórico da adesão dos municípios do PRONATEC/BSM

Ano	Total Municípios com adesão	% Adesão
2012	36	39%
2013	54	59%
2014	2	2%
TOTAL	92	100%

Fonte: MDS. Elaboração da autora, 2014.

Podemos constatar que no ano de 2012 apenas 36 municípios do Estado haviam aderido ao Programa, representando 39% do total de municípios. Em 2013, após a ampliação das estratégias já elencadas, bem como a aproximação e a criação de canal comunicacional mais estreito com as Gestões Municipais possibilitou a adesão de 54

⁸ Superintendente de Gestão de Oportunidades Econômicas.

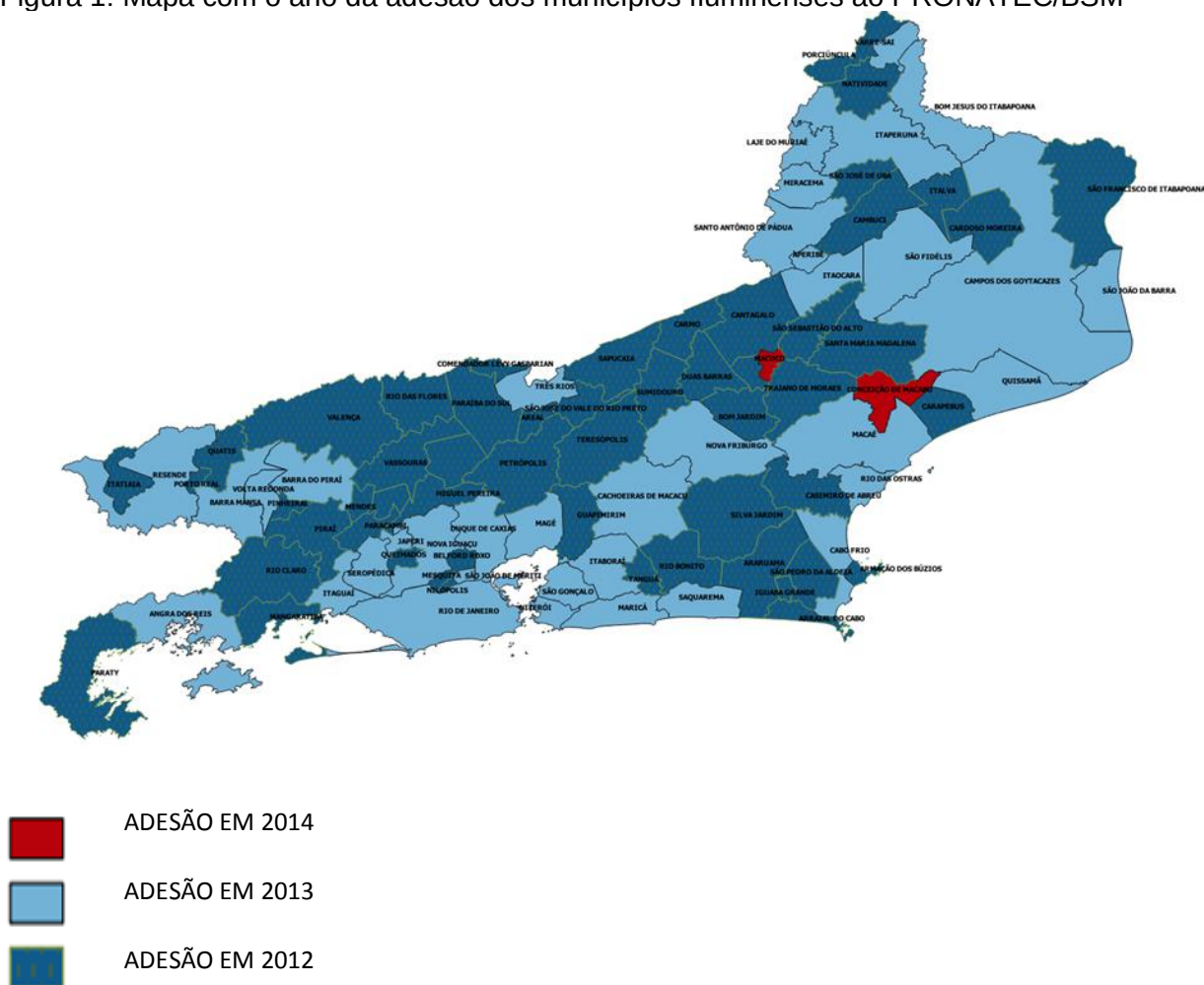


**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

municípios (59% do total). Ao final de 2013, 90 municípios (98% do total) haviam aderido ao Pronatec/BSM.

Em janeiro 2014, com estratégias mais específicas⁹ com os municípios de Macuco e Conceição de Macabu, que eram os únicos municípios que ainda não haviam efetuado a adesão, os referidos municípios que haviam iniciado o processo eletrônico em 2013, enviaram a documentação e concluíram o processo de adesão, de acordo com as regras estabelecidas. Abaixo podemos visualizar o mapa do Estado com as informações sobre a adesão dos municípios.

Figura 1: Mapa com o ano da adesão dos municípios fluminenses ao PRONATEC/BSM



Fonte: MDS. Elaboração da autora, 2014.

Após a adesão, os municípios negociam vagas e cursos com as Unidades Ofertantes, que é submetida a aprovação do MEC. No estado do Rio de Janeiro, em 2013,

⁹ Contato telefônico com os Gestores Municipais de Assistência Social e com os prefeitos municipais, destacando a importância da adesão ao PRONATEC e os benefícios que a mesma traria para a Gestão Municipal e para os cidadãos.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

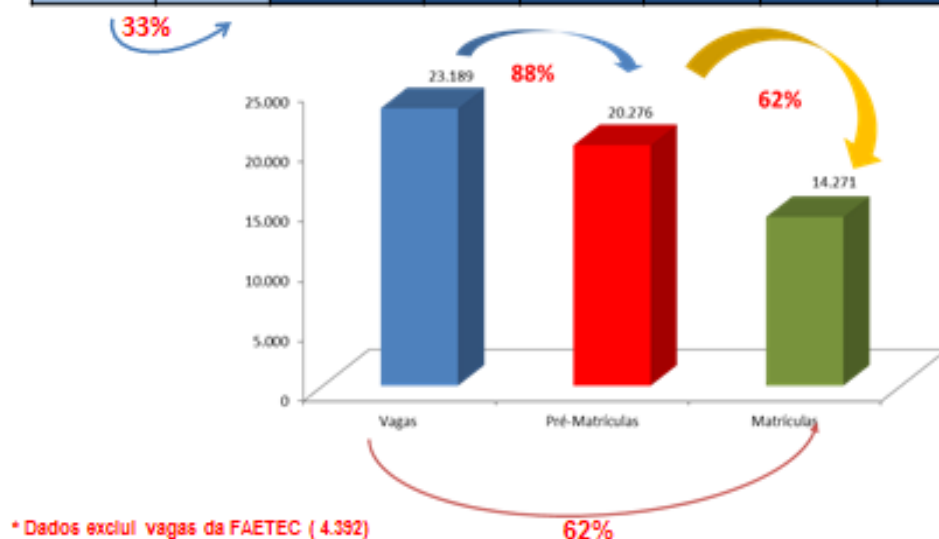
foram homologadas mais de 39 mil vagas, sendo destas executadas apenas 13 mil, o que representa apenas 33% de alunos matriculados¹⁰.

Já no ano de 2014, das 86.056 vagas solicitadas, apenas 20.889 constavam no SISTEC como aprovadas, isto é, como homologadas pelo MEC para serem ofertados pelos municípios, no que se refere ao 1º semestre. Para o 2º semestre foram homologadas pouco mais de 6 mil vagas. O número baixo de vagas homologadas deve-se ao fato de no ano anterior o Estado ter tido uma baixa execução no Programa¹¹.

Os resultados do Estado do Rio de Janeiro com relação ao Pronatec-BSM para os anos de 2013 e 2014 podem ser visualizados na figura abaixo.

Figura 2: Quadro com a execução do Pronatec/BSM no Estado do Rio de Janeiro

2013		2014						
Vagas pactuadas	Matrículas	Vagas solicitadas por municípios p/2014	Vagas homologadas Ano 2014				Situação Ano 2014	
fonte: SISTEC	fonte: SISTEC	fonte: municípios	1º/2014 MDS	1º/2014 SISTEC*	2º/2014 SPP SISTEC	Total Vagas 2014	Pré-Matrículas	Matrículas
39.380	13.095	86.056	39.783	16.497	6.692	23.189*	20.276	14.271



Fonte: SPP SISTEC em 30.07.2015 e elaboração da autora.

No ano de 2014, o número de matrículas foi ampliado para 14.271, do total de 23.189 vagas. O número de pré-matrículas no ano de 2014 foi de 20.276, ou seja, 88% de execução. O número total de matrículas do ano de 2014 pode ser ampliado, em função do Sistema ser atualizado constantemente.

Observamos pela figura acima que para o ano 2014, a execução do Programa teve considerável aumento passando para 62%, porém ainda estão abaixo do desejável, visto

¹⁰ Não estamos tratando dos alunos que concluíram os cursos, mas apenas daqueles que foram matriculados.

¹¹ O principal requisito para a homologação das vagas solicitadas pelo município no ano de 2014 foi a análise da execução do Programa no ano de 2013. Logo, como o Estado teve uma baixa execução no ano de 2013, o número de vagas homologadas para 2014 foi reduzido.



que de acordo com consulta ao SISTEC, a maioria dos estados brasileiros tem execução superior a 100%.¹²

Com relação as vagas pactuadas com a Faetec (4.392), as mesmas não foram ofertadas na modalidade Pronatec/BSM, conforme acordo com a Seasdh, mas sim ofertadas dentro dos moldes dos cursos já oferecidos pela Faetec. Por isso a subtração do total de vagas homologadas pelo MEC.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pronatec/BSM é uma estratégia do Governo Federal que faz parte do Plano Brasil Sem Miséria e, que tem como objetivo a qualificação profissional. Trata-se de uma importante ação do Plano federal de enfrentamento à pobreza, que articulado à estratégia de inclusão produtiva, proporcionará condições para que a parcela mais vulnerável da sociedade brasileira conquiste uma inserção digna no mundo do trabalho.

Para a gestão do Programa é necessário o apoio da Coordenação Estadual que tem como atribuições principais o apoio aos municípios para a adesão ao Pronatec/BSM; auxílio aos municípios na identificação da vocação econômica local e definição de vagas e cursos; apoio na interlocução dos municípios com as Unidades Ofertantes; monitoramento da execução do Programa e; viabilização da intersetorialidade.

No estado do Rio de Janeiro a gestão estadual do Programa é executada pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. Para a realização das suas atribuições, a Coordenação Estadual conta com uma estrutura deficitária, o que em grande parte viabiliza a realização de ações mais incisiva de mobilização junto aos municípios.

O desempenho do estado do Rio de Janeiro na execução do Programa é muito baixo, se realizarmos uma comparação entre o número de vagas homologadas pelo MEC e o número de matrículas. No ano de 2013 foram executadas apenas 33% das vagas e no ano de 2014, 62%, que coloca o Estado em 23º lugar entre os 26 estados brasileiros.

Dessa forma, para que o Pronatec/BSM possa atender os seus objetivos de redução da pobreza por meio da capacitação e inserção profissional no Estado do Rio de Janeiro é necessário a ampliação da execução do Programa por meio de algumas estratégias tais como: aumento do número de matrículas; ampliação da equipe da Coordenação Estadual para o acompanhamento do Programa; elaboração de estratégias para a ampliação do número de vagas e cursos no Estado; ações mais consistentes de acompanhamento junto às Gestões Municipais por parte da Coordenação Estadual e; auxílio as gestões municipais no mapeamento das vocações produtivas locais e das necessidade de cursos e vagas para os municípios.

Ou seja, para que o Pronatec/BSM consiga atender os objetivos a que se propõem é necessária uma ampliação na execução das ações da Coordenação Estadual junto às Gestões Municipais para que os resultados do Programa possam ser ampliados no Estado. Só assim, será possível que o Programa consiga de fato contribuir para a superação da extrema pobreza.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Documento de Base. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)/MEC, dez. 2007.

¹² Conforme informações contidas no SPP SISTEC.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1999.
GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Brasília: Ipea, 2001 (Texto para Discussão, n. 776).

GARCIA, Ronaldo C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Brasília: Ipea, 2001 (Texto para Discussão, n. 776).

GOMIDE, Alexandre; PIRES, Roberto. **Arranjos institucionais de políticas críticas ao desenvolvimento**. Boletim de análise político-institucional, Brasília, n. 3, 2013. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2011.

Ministério de Desenvolvimento Social. **Pronatec Brasil Sem Miséria**. 2013

OLIVEIRA, Marco. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)/Ministério da Educação (MEC), 2013.

PUGA, Fernando; BOÇA JÚNIOR, Gilberto. **Perspectiva de investimentos em infraestrutura 2011-2014**. Visão do desenvolvimento, BNDES, n. 91, 2011. RESENDE, Caetana (Org.). Institutos federais – Lei no 11.892, de 29/12/2008. Comentários e reflexões. Natal; Brasília: IFRN, 2009.

TROGIANI, Caio de Resende et al. **Desafios para a implementação do programa PRONATEC/Osasco sem miséria**. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional Gestão em Políticas Públicas) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2012.

VIDOR, Alexandre et al. **Institutos Federais** – Lei no 11.892, de 29/12/2008. Comentários e reflexões. Brasília: MEC, 2011. parte 3.